

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Prefeitura de Campinas



Fábrica em Campinas também fabrica painéis

BYD lidera emplacamentos de ônibus elétricos no Brasil

A BYD conquistou o primeiro lugar em emplacamentos de ônibus elétricos no Brasil (a primeira unidade da montadora no Brasil fica em Campinas e foi instalada em 2015). A empresa liderou os emplacamentos de ônibus em maio, com 59 veículos e participação de 44,7% no mercado nacional cujo total foi de 132, segundo dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - entidade que representa as concessionárias brasileiras). “Os números de maio mostram que a eletrificação do transporte coletivo está entrando em uma nova fase”, afirma Marcello Schneider, diretor de Veículos Comerciais e Solar da BYD Brasil.

De aposta para realidade

“Durante muitos anos, o debate esteve concentrado na viabilidade da tecnologia. Hoje, passa por escala, infraestrutura e velocidade de implementação. Quando observamos o avanço dos emplacamentos e a ampliação das frotas em operação, percebemos que a eletromobilidade já faz parte do planejamento das cidades. Deixou de ser aposta para se tornar uma agenda concreta”, diz.

BYD



Articulados BC22 em cerimônia de entrega em SP

Frota no Brasil

A maior frota de ônibus elétricos no Brasil fica na capital paulista: são 1,3 mil unidades, o que representa 80% da quantidade total desse tipo de veículo no país. De janeiro a maio deste ano, o território nacional emplacou 311 novos chassis, um crescimento da ordem de 12,3%, comparando-se com o mesmo período do ano passado. Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, a tecnologia contribui para diminuir a poluição sonora.

Sustentabilidade

“O que está em jogo não é apenas a substituição de veículos. Estamos falando de uma transformação que impacta qualidade do ar, eficiência operacional, planejamento urbano e a experiência de milhões de pessoas que dependem diariamente do transporte público”, acrescenta Schneider.

PINGA-FOGO

Transparência

A transparência ganha um novo capítulo em Campinas com a iniciativa do vereador Higor Diego (Republicanos-SP). O parlamentar protocolou um projeto de lei na Câmara Municipal que obriga a disponibilização de QR Code nas placas informativas de obras públicas, dando acesso às informações oficiais relativas às construções.

Informações

Prevê a divulgação dos seguintes dados: objeto da obra, local de execução, órgão responsável, nº do processo administrativo, empresa contratada (quando houver), valor total contratado, fonte dos recursos, data de início, prazo de execução, percentual de conclusão, aditivos contratuais e canais oficiais para acompanhamento/ fiscalização social.

Sem custos adicionais

A proposta se destaca pela viabilidade e inteligência fiscal, pois melhora a transparência sem gerar ônus aos cofres públicos. A medida, inclusive, parte de uma solução já adotada em outros municípios brasileiros e é compatível com os princípios da publicidade, da eficiência e da transparência que regem a Administração Pública.

Ágil e acessível

E, em vez de exigir estrutura complexa, aproveita ferramentas digitais simples, de baixo custo e alto alcance. Isso porque o uso da tecnologia otimiza o acesso aos dados públicos de forma imediata, eliminando todo e qualquer tipo de burocracia e deslocamento. Dessa forma, converte dados em conhecimento acessível a toda a população de Campinas.

Simplificando

“A proposta não cria estrutura administrativa complexa, mas induz o uso mais eficiente das ferramentas digitais de transparência já existentes”, afirma o parlamentar. E é disso que Campinas precisa: manter o simples e parar de complicar a vida do cidadão, em todos os aspectos.

Controle social

O acesso rápido aos dados fomenta inclusive a participação da sociedade na fiscalização dos investimentos locais, evocando um modelo de gestão que presta contas e permite que o cidadão atue de forma direta na vigilância dos recursos que são aplicados no município.



Projeto da LDO de 2027 foi debatido na Casa no último dia 10

Câmara vota LDO de 2027 nesta segunda-feira

Prefeitura prevê R\$11,2 bi, sendo R\$ 9,5 para administração direta

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal vota nesta segunda-feira (15) o projeto que define a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027, prevendo um orçamento de R\$ 11,2 bilhões para o próximo ano. A LDO funciona como um “guia de regras” para o planejamento financeiro da cidade e serve para orientar a criação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o orçamento detalhado de fato.

O que é

A LDO é feita pela prefeitura e define as prioridades do governo municipal, regras para arrecadar receitas, pagar despesas, transferir verbas, administrar a dívida pública e aplicar as emendas dos vereadores - tudo alinhado ao Programa de Metas 2025-2028 da cidade.

Destinação dos recursos

Pelo montante global estimado, a administração direta deve absorver a maior fatia, totalizando R\$ 9,5 bilhões, enquanto a administração indireta, que engloba autarquias, fundações e empresas públicas, ficará com R\$ 1,7 bilhão. Entre as áreas prioritárias, que concentram os maiores investimentos obrigatórios e operacionais, a saúde lidera as destinações com uma reserva de R\$ 2,7 bilhões, seguida pela edu-

cação, com um aporte de R\$ 2,2 bilhões. O Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev) também figura entre as principais alocações, com uma estimativa de R\$ 1,1 bilhão. Outro ponto relevante é a destinação de R\$ 154,6 milhões para reserva de contingência, voltada a contingentes fiscais imprevistos.

As metas municipais para 2027 incluem obras contra enchentes. Duas bacias de retenção ocorrem no Jardim Parapanema e no Botafogo. Uma terceira estrutura será licitada na Avenida José de Souza Campos (popularmente conhecida como Norte-Sul). As intervenções integram a etapa inicial do plano de macrodrenagem da área central, orçado em R\$ 511 milhões, com expectativa de diminuir em 90% as cheias nos córregos Proença e Serafim. O reservatório do Parapanema atingiu 60% de execução, mas o prazo final mudou deste mês para junho de 2027.

Os serviços na Praça da Ópera focam em poços e túneis, com entrega postergada de junho de 2027 para março de 2028. “O projeto que apresentamos estabelece como prioridades investimentos em infraestrutura urbana, ações de combate a enchentes, educação, saúde, mobilidade e segurança pública”, afirma o diretor João Carlos Ribeiro, de contabilidade e orçamento da prefeitura.